



FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE 31.300.011.879
(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia ou "FCA") encaminha a presente proposta que tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações para o voto dos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que será realizada no próximo dia 28 de abril de 2022, às 12:00 horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, na Rua Sapucaí nº 383, na Cidade de Belo Horizonte/MG, conforme Edital de Convocação Anexo I à presente Proposta, publicado nos termos da Lei 6.404/1976, as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento.

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos, a seguir, aos Senhores Acionistas a Proposta da Administração com detalhamento das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Proposta"), visando consolidar orientações e esclarecimentos dos itens objeto de votação. A Administração recomenda a aprovação de todas as matérias constantes desta Proposta a serem deliberadas, permanecendo à inteira disposição para atender quaisquer dúvidas adicionais.

Assembleia Geral Ordinária

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e,
- (iii) Eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Assembleia Geral Extraordinária

- (i) Fixação da remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; e,
- (ii) Aprovação da reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, contendo os números patrimoniais comparativos de 2019 e 2018, bem como os números de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparados a 2019, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes.

REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Informamos que o Acionista deve comparecer à Assembleia Geral munido de documento de identidade e



FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.

CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75

NIRE 31.300.011.879

(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados.

Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

VOTO A DISTÂNCIA

Conforme faculdade prevista na Instrução CVM 481, a Ferrovia Centro Atlântica S.A, disponibilizará para a Assembleia Geral ora convocada a possibilidade de participação à distância por meio do Boletim de Voto à Distância.

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar no Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade (“Agente de Custódia”), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (ii) a Companhia, diretamente.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir: (i) O Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado à Gerência de Relações com Investidores da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, na Rua Tapuias, 49, Floresta, 7º andar, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: ri@vli-logistica.com.br, devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada; (ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; (iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados acima.



FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE 31.300.011.879
(Companhia Aberta)

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral nos termos do art. 21-B da Instrução CVM 481. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia. Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à Proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (11) 5112-2608 ou via e-mail ri@vli-logistica.com.br.

Em consonância com a Instrução CVM 481, os documentos de interesse para a participação na Assembleia encontram-se em anexo e disponíveis nos *websites* da Companhia (www.vli-logistica.com.br) da CVM (www.cvm.gov.br).

Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2022

A Administração

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2022

Senhores Acionistas: a Administração da Companhia apresenta, adiante, a sua proposta acerca das matérias constantes da Ordem do Dia a ser submetida à apreciação na Assembleia as seguintes informações:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia destaca, que conforme decisão do Colegiado da CVM de 27 de setembro de 2011 no Processo CVM RJ/2010-14687, as companhias que tenham apurado prejuízo no exercício ficam dispensadas da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da ICVM 481.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(Conforme item 10 do Formulário de Referência)

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta os principais indicadores econômicos e operacionais dos seus últimos 03 últimos exercícios sociais:

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais			
<i>(em milhões de R\$)</i>	2019	2020	2021
Receita bruta	2.686	2.989	3.250
Receita líquida	2.417	2.689	2.887
EBITDA	849	943	821
Resultado do exercício	(114)	(205)	(416)
Volume ferrovia (milhões de TKU)	23.252	24.879	23.963
Caixa e aplicações financeiras	112	361	194
Margem EBITDA	35,1%	35,1%	28,5%

*Para fins de cálculo de alavancagem, deve-se utilizar o indicador Dív. Líq./EBITDA consolidado do grupo.

A Receita Líquida da FCA cresceu em 7,3% vs 2020, impulsionada por melhores tarifas decorrentes de mix de fluxos transportados na ferrovia.

Diante do cenário inflacionário observado em 2021, a FCA teve uma piora da sua margem bruta em 6,1 bps em relação à 2020, encerrando em 5,1%, e teve uma redução de 12,9% no seu EBITDA, total de R\$ 821,3 milhões, ou seja, uma retração de R\$ 121,4 milhões.

Cabe ressaltar que o EBITDA mencionado acima foi negativamente afetado em R\$ 171 milhões pela necessidade de uma provisão para ajuste do valor dos ativos, pois seu teste de impairment detectou que o valor em uso de determinados

ativos era inferior ao valor contábil.

Em termos de administração do caixa, a geração operacional foi de R\$ 1,1 bilhões, R\$ 62,2 milhões abaixo de 2020. E encerramos o ano com uma posição de caixa de R\$ 193,8 milhões e sem dívida contratada com terceiros.

Em 2021, a FCA investiu o valor total de R\$ 448,8 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos para aumento de capacidade e de meio ambiente, saúde e segurança.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 4,524 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 193,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,680 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 360,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,466 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 111,9 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Em milhares de Reais	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	2.712	5.437	5.066
Compra de ativo imobilizado e intangível	(448.777)	(516.090)	(547.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(446.065)	(542.397)	(510.653)

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

Ademais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu mútuos com sua Controladora (VLI Multimodal S.A.) no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 10 de dezembro de 2023, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de CDI + 1,5%, limitada a 12% a.a..

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Ademais, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contraiu mútuos com sua Controladora (VLI Multimodal S.A.) no montante de R\$ 100.000, com vencimento em 10 de dezembro de 2023, com pagamentos de juros anuais e com a taxa de CDI + 1,5%, limitada a 12% a.a..

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras e tampouco possuía tem linhas de crédito disponíveis para captação.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	193.828	2,28	360.825	3,97	(46,28)
Contas a receber	101.256	1,19	135.403	1,49	(25,22)
Estoques	194.350	2,28	201.417	2,21	(3,51)
Tributos a recuperar	76.009	0,89	76.780	0,84	(1,00)
Demais ativos	24.218	0,28	31.615	0,35	(23,40)
Total do circulante	589.661	6,92	806.040	8,86	(26,84)
Não circulante					
Contas a receber	282.346	3,32	274.208	3,01	2,97
Tributos a recuperar	306.248	3,60	250.182	2,75	22,41
Contas a receber da RFFSA (União)	120.394	1,41	106.843	1,17	12,68
Demais ativos	4.493	0,05	2.702	0,03	66,28
Depósitos judiciais	102.670	1,21	82.899	0,91	23,85
Tributos diferidos sobre o lucro	489.478	5,75	536.811	5,90	(8,82)
Imobilizado	1.703.928	20,01	1.525.164	16,76	11,72
Intangível	4.916.393	57,73	5.514.957	60,61	(10,85)
Total do ativo não circulante	7.925.950	93,08	8.293.766	91,14	(4,43)
Total do ativo	8.515.611	100,00	9.099.806	100,00	(6,42)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	365.663	4,29	328.021	3,60	11,48
Contas a pagar	10.140	0,12	17.382	0,19	(41,66)
Mútuo	612	0,01	-	0,00	0,00
Derivativos	-	0,00	191	0,00	0,00
Tributos a recolher	12.951	0,15	12.435	0,14	4,15
Obrigações sociais e trabalhistas	115.362	1,35	89.169	0,98	29,37
Arrendamentos e concessão	667.074	7,83	685.843	7,54	(2,74)
Antecipações de clientes	29.675	0,35	34.380	0,38	(13,69)
Demais passivos	8.744	0,10	3.950	0,04	121,37
Receitas diferidas	2.050	0,02	2.048	0,02	0,10
Total do passivo circulante	1.212.271	14,24	1.173.419	12,89	3,31
Não circulante					
Mútuo	100.000	1,17	-	0,00	0,00
Provisão para processos judiciais	841.453	9,88	859.284	9,44	(2,08)
Benefícios a empregados	584	0,01	1.788	0,02	(67,34)
Receitas diferidas	17.680	0,21	19.728	0,22	(10,38)
Arrendamentos e concessão	1.819.199	21,36	2.104.685	23,13	(13,56)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	-	0,00	260.000	2,86	0,00
Total do passivo não circulante	2.778.916	32,63	3.245.485	35,67	(14,38)
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.323	54,76	4.663.258	51,25	0,00
Reservas de capital	-	0,00	17.644	0,19	0,00
Prejuízos acumulados	(138.899)	(1,63)	-	0,00	0,00
Total do patrimônio líquido	4.524.424	53,13	4.680.902	51,44	(3,34)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.515.611	100,00	9.099.806	100,00	(6,42)

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de R\$ 806 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 590 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de aproximadamente 26,8%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,53% em 31 de dezembro de 2021 e 102,31% em 31 de dezembro de 2020, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	1.207	3.228
Aplicações financeiras (a)	<u>192.621</u>	<u>357.597</u>
	<u>193.828</u>	<u>360.825</u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8,294 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 7,926 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando um decréscimo de 4,4% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pela redução dos tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas e intangível.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,916 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 10,9% do total do intangível. Destaca-se o registro de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) no montante de R\$ 170,9 milhões; aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 56,1 milhões; as amortizações totais de R\$ 454,9 milhões, bem como as movimentações oriundas do IFRS 16, descatando-se correções monetárias de R\$ 407,8 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 412,9 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 598,6 milhões nos saldos.

	<u>Direitos de concessão</u>	<u>Direitos de uso</u>	<u>Softwares</u>	<u>Benfeitorias em bens arrendados</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	-	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	27.338	259.725
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>43.168</u>	<u>2.930.014</u>	<u>21.871</u>	<u>5.507.322</u>	<u>511.587</u>	<u>9.013.962</u>
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(31.462)</u>	<u>(695.816)</u>	<u>(19.744)</u>	<u>(2.751.983)</u>	<u>-</u>	<u>(3.499.005)</u>
Valor de custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	407.765	-	-	-	407.765
Adições	-	-	-	7	56.057	56.064
Baixas	-	-	-	(29.277)	-	(29.277)
Provisão para baixa de estoques	-	-	-	-	(717)	(717)
Transferências	-	-	503	380.968	(402.361)	(20.890)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>43.168</u>	<u>3.337.779</u>	<u>22.374</u>	<u>5.859.020</u>	<u>164.566</u>	<u>9.426.907</u>
Valor de amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(412.829)	-	-	-	(412.829)
Adições	(2.066)	-	(1.253)	(442.617)	-	(445.936)
Baixas	-	-	-	18.189	-	18.189
Impairment	-	-	-	(170.935)	-	(170.935)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(33.528)</u>	<u>(1.108.645)</u>	<u>(20.997)</u>	<u>(3.347.346)</u>	<u>-</u>	<u>(4.510.516)</u>
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2021	9.640	2.229.134	1.377	2.511.674	164.566	4.916.391

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um incremento de 3,2% do total do passivo circulante, não havendo individualmente valores relevantes a serem destacados para a variação.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.245,5 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 2.778,9 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando uma redução de 14,4% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2021 foi de R\$ 285,5 milhões, houve também a redução de R\$ 260 milhões em AFAC com o objetivo de aumento de capital.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,681 bilhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 4,524 bilhões em 31 de dezembro de 2021, representando redução de aproximadamente 3,3% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelos prejuízos apurados no exercício e o consumo das reservas de capital existentes, culminando em um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 138,9 milhões.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2021	AV%	31/12/2020	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.886.693	100,00	2.689.383	100,00	7,34
Custo dos serviços prestados	(2.739.535)	(94,90)	(2.388.393)	(88,81)	14,70
Lucro bruto	147.158	5,10	300.990	11,19	(51,11)
Receitas (despesas) operacionais	(380.711)	(13,19)	(301.602)	(11,21)	26,23
Gerais e administrativas	(116.571)	(4,04)	(95.465)	(3,55)	22,11
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(110.437)	(3,83)	(189.391)	(7,04)	(41,69)
Redução do valor recuperável de ativos (impairment)	(170.935)	(5,92)	-	0,00	0,00
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	17.232	0,60	(16.746)	(0,62)	(202,90)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(233.553)	(8,09)	(612)	0,02	38.062,25
Resultado financeiro	(137.903)	(4,78)	(297.374)	(11,06)	(53,63)
Receitas financeiras	24.742	0,86	10.648	0,40	132,36
Despesas financeiras	(186.791)	(6,47)	(321.355)	(11,95)	(41,87)
Ganhos com variação monetária e cambial	24.146	0,84	13.333	0,50	81,10
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(371.456)	(12,87)	(297.986)	(11,08)	24,66
Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.022)	(1,56)	93.323	3,47	(148,24)
Tributos correntes	2.311	0,08	-	0,00	n/a
Tributos diferidos	(47.333)	(1,64)	93.323	3,47	(150,72)
Prejuízo do exercício	(416.478)	(14,43)	(204.663)	(7,61)	103,49
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(3,00)		(1,62)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2021, a receita líquida somou R\$ 2,887 bilhões, representando um aumento de 7,36% sobre o mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,689 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 2,740 bilhões, o que representou um aumento de 14,7% em relação ao mesmo período de 2020, no valor de R\$ 2,388 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2021 foram a elevação dos combustíveis, da depreciação e amortização, totalizando R\$ 277,1 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 110 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021 o que representou uma redução de, aproximadamente, 41,9% em relação ao mesmo período de 2020, quando totalizou

R\$ 189,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 79,4 milhões tem como principal impacto um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 31,5 milhões e recuperação de despesas em R\$ 22,5 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 612 mil positivo em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 234 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis de ativos (*impairment*) reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 138 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 297 milhões, representando redução de 53,5%. Tal variação se deu principalmente pela redução nos juros sobre provisão de risco e contingências judiciais em R\$ 121,0 milhões.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 298 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 371 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando aumento de aproximadamente 24,5%, em decorrência dos fatores citados acima, acrescidos das perdas por valores recuperáveis reconhecidas no exercício no montante de R\$ 170,9 milhões, além dos itens supracitados.

Prejuízo do exercício

Em 2021 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 416 milhões frente aos prejuízos de R\$ 205 milhões apurados em 2020.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(416.478)	(204.663)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	1.054.897	943.370
Provisão para perdas de estoques	9.725	4.634
Perda de recebíveis	30.061	2.045
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	(17.232)	16.454
Provisões para processos judiciais, líquidas	90.469	281.516
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	-	191
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(24.146)	(13.333)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	9.079	11.004
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	(1)	174
Juros sobre mútuo	612	-
Ajuste a valor presente	(12.456)	(4.982)
Despesas com benefícios a empregados	(850)	406
Tributos diferidos sobre o lucro	47.333	(93.323)
Despesas financeiras – arrendamentos	172.667	183.815
Reconhecimento de créditos tributários	(18.493)	-
Redução do valor recuperável de ativos (<i>impairment</i>)	170.935	-
	1.094.074	1.125.260
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	25.636	26.805
Instrumentos financeiros derivativos	(191)	69
Estoques	(1.941)	9.495
Tributos a recuperar	57.222	61.362
Depósitos judiciais	(17.778)	13.783
Contas a receber da RFFSA (União)	(2.742)	(468)
Demais ativos	5.689	(9.135)
Fornecedores	37.934	6.818

Contas a pagar	(7.242)	4.582
Tributos a recolher	516	1.588
Tributos a recolher sobre o lucro	7.688	-
Obrigações sociais e trabalhistas	26.193	(25.000)
Benefícios a empregados	(354)	(204)
Antecipações de clientes	(4.705)	(4.541)
Provisão para processos judiciais	(108.300)	(44.978)
Demais passivos	3.207	3.954
Caixa líquido gerado pelas operações	1.114.906	1.169.390
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.688)	(3.027)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.107.218	1.166.363
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	2.712	5.437
Aquisição de imobilizado e intangível	(448.777)	(516.090)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(446.065)	(510.653)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de mútuo	100.000	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	450.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(928.150)	(856.790)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(828.150)	(406.790)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(166.997)	248.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	360.825	111.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	193.828	360.825

Em 2021 a companhia apresentou uma redução de caixa na ordem de R\$ 167 milhões em comparação ao ano anterior.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2020 (Reapresentado)	AV%	31/12/2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	360.825	3,97	111.905	1,23	222,44
Contas a receber	135.403	1,49	193.546	2,13	(30,04)
Derivativos	-	0,00	69	0,00	n/a
Estoques	201.417	2,21	215.546	2,38	(6,55)
Tributos a recuperar	76.780	0,84	133.836	1,48	(42,63)
Demais ativos	31.615	0,35	22.790	0,25	38,72
Total do circulante	806.040	8,86	677.692	7,47	18,94
Não circulante					
Contas a receber	274.208	3,01	256.387	2,83	6,95
Tributos a recuperar	250.182	2,75	169.705	1,87	47,42
Contas a receber da RFFSA (União)	106.843	1,17	101.089	1,11	5,69
Demais ativos	2.702	0,03	2.258	0,02	19,66
Depósitos judiciais	82.899	0,91	90.273	1,00	(8,17)
Tributos diferidos sobre o lucro	536.811	5,90	443.488	4,89	21,04
Imobilizado	1.525.164	16,76	1.557.051	17,17	(2,05)
Intangível	5.514.957	60,61	5.769.615	63,63	(4,41)
Total do ativo não circulante	8.293.766	91,14	8.389.866	92,53	(1,15)
Total do ativo	9.099.806	100,00	9.067.558	100,00	(0,36)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	328.021	3,60	320.391	3,53	2,38
Contas a pagar	17.382	0,19	12.800	0,14	35,80
Derivativos	191	0,00	-	0,00	n/a
Tributos a recolher	12.435	0,14	10.847	0,12	14,64
Obrigações sociais e trabalhistas	89.169	0,98	114.169	1,26	(21,90)
Arrendamentos e concessão	685.843	7,54	613.710	6,77	11,75
Antecipações de clientes	34.380	0,38	38.921	0,43	(11,67)
Demais passivos	3.950	0,04	-	0,00	n/a
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,02	0,00
Total do passivo circulante	1.173.419	12,89	1.112.886	12,27	5,44
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	859.284	9,44	622.746	6,87	37,98
Benefícios a empregados	1.788	0,02	1.586	0,02	12,74
Receitas diferidas	19.728	0,22	21.775	0,24	(9,40)
Arrendamentos e concessão	2.104.685	23,13	2.613.000	28,82	(19,45)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	260.000	2,86	230.000	2,54	13,04
Total do passivo não circulante	3.245.485	35,67	3.489.107	38,48	(6,98)
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.258	51,25	4.663.150	51,43	0,00
Reservas de capital	17.644	0,19	-	0,00	n/a
Prejuízos acumulados	-	0,00	(197.585)	(2,18)	n/a
Total do patrimônio líquido	4.680.902	51,44	4.465.565	49,25	4,82
Total do passivo e patrimônio líquido	9.099.806	100,00	9.067.558	100,00	(0,36)

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 806,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de aproximadamente de 18,94%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de contas a receber e tributos a recuperar no curto prazo e o incremento de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,31% em 31 de dezembro de 2020 e 99,01% em 31 de dezembro de 2019, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	3.228	1.833
Aplicações financeiras	<u>357.597</u>	<u>110.072</u>
	<u>360.825</u>	<u>111.905</u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8.389 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.293 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 1,15% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pelo incremento de tributos a recuperar no longo prazo e os tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 4,41% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 43,4 milhões, as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 259,7 milhões, as amortizações totais de R\$ 423,3 milhões, bem como as movimentações oriundas de IFRS, descatando-se correções monetárias de R\$ 222,1 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 361,1 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 254,7 milhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens Arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	-	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	27.338	259.725
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de 5,44% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelas correções monetárias oriundas do IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 685,8 milhões, representando um aumento de R\$ 72,1 milhões em 2020.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.489,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3.245,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 6,98% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2020 foi de R\$ 508,3 milhões, bem como incremento da posição de provisão para contingências no montante de R\$ 98,6 milhões em 2020.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,465 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4,680 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando aumento de aproximadamente 4,82% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2020, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 420 milhões que se deu ao longo de 2020.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020 (Reapresentado)	AV%	31/12/2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.689.383	100,00	2.417.420	100,00	11,25
Custo dos serviços prestados	<u>(2.388.393)</u>	(88,81)	<u>(2.286.961)</u>	(94,60)	4,44
Lucro bruto	<u>300.990</u>	11,19	<u>130.459</u>	5,40	130,72
Receitas (despesas) operacionais	<u>(301.602)</u>	(11,21)	<u>(103.635)</u>	(4,29)	191,02
Gerais e administrativas	(95.465)	(3,55)	(91.846)	(3,80)	3,94
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(189.391)	(7,04)	(11.481)	(0,47)	1.549,60
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	<u>(16.746)</u>	(0,62)	<u>(308)</u>	(0,01)	5.337,01
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>(612)</u>	0,02	<u>26.824</u>	1,11	(102,28)
Resultado financeiro	<u>(297.374)</u>	(11,06)	<u>(196.648)</u>	(8,13)	51,22
Receitas financeiras	10.648	0,40	8.951	0,37	18,96
Despesas financeiras	(321.355)	(11,95)	(265.775)	(10,99)	20,91
Ganhos com variação monetária e cambial	<u>13.333</u>	0,50	<u>60.176</u>	2,49	(77,84)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(297.986)</u>	(11,08)	<u>(169.824)</u>	(7,03)	75,47
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>93.323</u>	3,47	<u>56.016</u>	2,32	66,60
Tributos correntes	-	0,00	(10.154)	(0,42)	(100,00)
Tributos diferidos	<u>93.323</u>	3,47	<u>66.170</u>	2,74	(41,04)
Prejuízo do exercício	<u>(204.663)</u>	(7,61)	<u>(113.808)</u>	(4,71)	79,83
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(1,62)		(0,95)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2020, a receita líquida somou R\$ 2,689 bilhões, representando um aumento de 11,25% sobre o mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,417 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 2,388 bilhões, o que representou um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,287 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2020 foram o incremento da partilha de frete e da depreciação e amortização em R\$ 153,1 milhões, contrabalanceados pela redução dos serviços contratados e materiais no montante de R\$ 46,1 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 189,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020 o que representou um incremento de, aproximadamente, 1549,6% em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$ 11,5 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 177,9 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 177,9 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em 2019 em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Adicionalmente, observou-se em 2020 um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 16,9 milhões. Como contrapartida, destaca-se incremento de despesas referentes ao custo de baixa de ativos em R\$ 10,5 milhões, provisões para contingências cuja

variação somou R\$ 16,6 milhões negativos em 2020 e incremento das indenizações por take or pay no montante de R\$ 16,3 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 26.8 milhões positivos em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 612 mil negativos em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dos fatores citados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 297,6 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 196,6 milhões, representando incremento de 51,2%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, registrados em 2019, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelo incremento dos juros aplicáveis sobre as contingências da FCA, cuja variação em 2020 montou em R\$ 44,2 milhões.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 169,8 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 297,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de aproximadamente 75,4%. Destaca-se os efeitos extraordinários, reconhecidos em 2019, referentes ao registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, bem como incremento de provisões para contingências, em 2020, contrabalanceados pelo incremento do resultado bruto, conforme citado acima.

Prejuízo do exercício

Em 2020 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 204,7 milhões frente aos prejuízos de R\$ 113,8 milhões apurados em 2019.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(204.663)	(113.808)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	943.370	822.132
Provisão para perdas de estoques	4.634	-
Perda de recebíveis	2.045	421
Trânsito em julgado de contingência ativa	-	(59.690)
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	16.454	(84)
Provisões para processos judiciais, líquidas	281.516	136.501
Derivativos	191	(69)
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(13.333)	(60.176)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	11.003	5.425
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	174	483
Ajuste a valor presente	(4.982)	(3.152)
Despesas com benefícios a empregados	406	1.004
Tributos diferidos sobre o lucro	(93.323)	(66.170)
Despesas financeiras – arrendamentos	183.815	191.357
	1.125.259	852.126
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	26.805	12.094
Derivativos	69	-
Estoques	9.495	(69.492)
Tributos a recuperar	61.362	49.673

Depósitos judiciais	13.783	10.172
Contas a receber da RFFSA (União)	(468)	(356)
Demais ativos	(9.135)	7.726
Fornecedores	6.818	40.902
Contas a pagar	4.582	(59.621)
Tributos a recolher	1.588	(1.982)
Obrigações sociais e trabalhistas	(25.000)	24.124
Benefícios a empregados	(204)	(1.719)
Antecipações de clientes	(4.541)	(2.520)
Provisão para processos judiciais	(44.978)	(75.598)
Demais passivos	3.955	(2.257)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.169.390	783.272
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.027)	(43.474)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.166.363	739.798
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.437	5.066
Aquisição de imobilizado e intangível	(516.090)	(547.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(510.653)	(542.397)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	450.000	370.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(856.790)	(480.348)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(406.790)	(110.348)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	248.920	87.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.905	24.852
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	360.825	111.905

Em 2020 a companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 296,4 milhões em comparação ao ano anterior.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

O ano de 2021 ainda foi marcado pelos efeitos da pandemia de COVID19 sendo que o início do processo de vacinação ocorreu em Dezembro/2020, trazendo uma expectativa de retomada da atividade econômica mundial. O crescimento da demanda internacional por commodities favoreceu os volumes transportados e elevados pela Ferrovia Centro Atlântica (FCA) mas esse efeito foi parcialmente neutralizado pela quebra da segunda safra do milho.

Em 2021, a FCA alcançou uma receita líquida de R\$ 2.887,7 milhões, com 23.963 milhões de TKU transportados na malha ferroviária. Esse resultado é consequência direta do engajamento de times comerciais, operacionais e administrativos que buscam permanentemente atender aos clientes atuais, prospectar novas oportunidades e ganhar eficiência no uso dos nossos Ativos. As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de grãos agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos grãos agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia, são também movimentadas mercadorias diversas, tais como: produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Desempenho Operacional

Em 2021, o volume transportado foi de 24 bilhões de TKU, 3,7% menor que o realizado em 2020. Os produtos transportados pela FCA são agrupados em quatro segmentos chaves: Grãos e Açúcar, Industrializados, Siderurgia e Construção e Fertilizantes.

Grãos e Açúcar

O segmento de Grãos e Açúcar tem como principais produtos transportados soja, milho e açúcar. O segmento finalizou o ano de 2021 com 13,4 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 1,4 bilhões.

Industrializados

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira, produtos florestais (celulose e madeira) e mineração. O segmento finalizou o ano de 2021 com 4,4 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 583 milhões.

Siderurgia e Construção

O segmento de Siderurgia e Construção tem como principais produtos transportados carvão mineral, calcário, gusa e minério de ferro e aços planos e longos. O segmento finalizou o ano de 2021 com 2,8 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 346 milhões.

Fertilizantes

O segmento de Fertilizantes tem como principais produtos transportados enxofre, fosfato, fertilizantes e cloreto de potássio. O segmento finalizou o ano de 2021 com 3,2 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2021 de R\$ 375 milhões.

Investimentos

Em 2021, a FCA investiu o valor total de R\$ 448,8 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos para aumento de capacidade e de meio ambiente, saúde e segurança.

No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013. A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados positivamente pelo crescimento da receita líquida (aumento de R\$ 197,3 milhões na comparação com 2020), impulsionada por melhores tarifas decorrentes de mix dos fluxos transportados na ferrovia.

Por sua vez, os custos dos serviços prestados tiveram um aumento de 14,7% entre 2021 e 2020, alavancados, principalmente, pelo incremento das despesas com depreciação e amortização, combustíveis, pessoal, partilhas de frete e serviços contratados, que conjuntamente, somaram R\$ 384,9 milhões a mais que em 2020.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 380,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2021. A variação negativa de R\$ 79,1 milhões tem como principal impacto o registro em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 170,9 milhões de redução do valor recuperável de ativos (*impairment*). Esta perda originou-se da atualização e aprovação em dezembro de 2021 pelo Conselho de Administração do business plan da Companhia, tendo sido todas as premissas contratuais atualizadas, bem como os impactos dos custos de manutenção dos ativos atrelados à Companhia, sendo ambas as variáveis limitadas a agosto de 2026, data de vencimento do contrato de concessão. As perdas foram alocadas integralmente aos ativos de via permanente, que fazem parte da única unidade geradora de caixa da Companhia.

Adicionalmente, em 2021, a administração da Companhia identificou a existência de indicativos de não recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis, considerando principalmente os prejuízos dos últimos exercícios e o prazo de vencimento do contrato de concessão em agosto de 2026. Em 31 de dezembro de 2021, o valor em uso da unidade geradora de caixa é inferior ao valor contábil de seus ativos imobilizados e intangíveis em R\$ 170,9 milhões, saldo este equivalente a (3,5%) do valor de uso dos ativos (2020 – 6,4%), tendo a FCA provisionado os valores para perda de valor recuperável.

Diante destes fatores, o resultado operacional na companhia se encerrou negativo em R\$ 233,6 milhões frente os R\$ 0,6 milhões do exercício de 2020.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. *Introdução ou alienação de segmento operacional*

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. *Constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. *Eventos ou operações não usuais*

(i) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. (“Vale”), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017, 2018 e 2019, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017, dezembro de 2018 e dezembro de 2019, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões, R\$ 6,2 milhões e R\$ 11 milhões. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando montante a receber de R\$ 261.615 (2020 - R\$ 242.545).

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021:

Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de juros de referência, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado financeiro, foi colocado em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de estratégias de hedge accounting para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A adoção da norma não trouxe impactos à Companhia.

Impacto da aplicação inicial da Alteração à IFRS 16—Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021

No exercício anterior, a Companhia adotou a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 (Alterações à IFRS 16) que estabelece medidas práticas para arrendatários na contabilização de concessões de aluguel ocorridas como resultado direto da Covid-19, ao introduzir um expediente prático para a IFRS 16.

Esse expediente prático estava disponível para concessões de aluguel para as quais qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afetava os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021.

Em março de 2021, o Board emitiu a norma Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19 após 30 de junho de 2021 (Alterações à IFRS 16) que estende o expediente prático para aplicação a esses pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

No exercício social corrente, a Companhia não usufruiu da extensão concedida pela norma.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2021 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

d. Ressalvas no parecer do auditor

Não aplicável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12 / ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16 / CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 – "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.

Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.

Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Vide item 10.6, acima.

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2021, a FCA investiu o valor total de R\$ 448,8 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais, além de projetos para aumento de capacidade e de meio ambiente, saúde e segurança.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da controladora.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2021, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Projetos de ferrovia, desenvolvimento de novos produtos e engenharia de planejamento.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2021, o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 3,8 milhões, frente aos R\$ 5,0 milhões investidos em 2020.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2021, foram investidos R\$ 3,8 milhões.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2021, o total gasto foi de R\$ 3,8 milhões.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2021, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

(III) ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Tendo em vista o encerramento do mandato com a realização da presente Assembleia Geral Ordinária, propõe-se a eleição dos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos, até a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Dessa forma, visando maior transparência ao processo, a Administração, em alusão ao artigo 10 da ICVM 481/09, disponibiliza abaixo as informações indicadas nos subitens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos às 4 (quatro) cadeiras do Conselho de Administração da Companhia, indicados pela controladora da Companhia.

12.5 e 8 - Composição e Experiência Profissional da Administração e do Conselho Fiscal

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR			
CPF: 125.547.758-00	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Presidente do Conselho de Administração		
Data de Nascimento	19/09/1967	Profissão:	Engenheiro
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 30/07/2020.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2024	Eleita pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
Ernesto Pousada é diretor-presidente da VLI S.A., controladora indireta da Companhia ("VLI"), desde novembro de 2019. É formado em engenharia mecânica pela Escola de Engenharia Mauá, com especialização em Administração e Negócios pela Fundação Instituto de Administração (FIA). Exerceu cargos executivos no Brasil e no exterior em grandes empresas como a Dow Chemical e Suzano Papel e Celulose, onde comandou relevantes projetos para o setor de infraestrutura. Sua última posição foi a de CEO para a América do Sul na Ingredion, companhia da indústria alimentícia. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo			

administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

RUTE MELO ARAÚJO

CPF: 192.181.808-51

Indicada pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Titular do Conselho de Administração

Data nascimento:	10/07/1977	Profissão:	Engenheira de Materiais
Órgão administração:	Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.		
Prazo do mandato:	Até 30/04/2024	Eleita pelo controlador:	Sim

Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:

A Sra. Rute Melo Araújo juntou-se ao time da VLI Multimodal S.A., controladora direta da Companhia ("VLI Multimodal") - sociedade que detém o controle direto da Companhia -, em janeiro de 2011 como responsável pela área de recursos humanos, para estruturar e implantar, em todas as disciplinas da área, os processos almejados pela VLI S.A. – sociedade que detém o controle da Companhia – e pelas sociedades por ele controladas ("Grupo VLI"), com foco na criação da cultura do Grupo VLI, no desenvolvimento da liderança e no suporte estratégico ao negócio. A Sra. Rute não ocupa, nem nunca ocupou, cargos de administração (diretoria ou conselho de administração) em outras companhias abertas. Por outro lado, é importante destacar que a Sra. Rute foi, ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração da Ferrovia Norte Sul S/A e tal indicação conta com o apoio da acionista controladora da Ferrovia Norte Sul S/A. A . possui mais de 14 (catorze) anos de experiência no ramo, adquirida em empresas como a Whirlpool Latin America S.A., onde atuou como Gerente de Recursos Humanos (2007/2011), Gerente de Serviços – Atendimento ao Consumidor e Revenda e Call Center (2006/ 2007), e como Especialista Sênior de Recursos Humanos (2004/2006); e a Ambev – Cia de Bebidas das Américas, onde atuou como Gerente de Gente & Gestão Jundiaí e Paulínea (2001/2004). Graduiu-se em Engenharia de Materiais pela Universidade Mackenzie, e, na Fundação Getúlio Vargas, concluiu a pós-graduação em Gestão Empresarial e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que a tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

ALESSANDRO PENA DA GAMA			
CPF: 323.751.902-20	Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Titular do Conselho de Administração		
Data de Nascimento:	17/01/1974	Profissão:	Engenheiro
Prazo do mandato:	Até 30/04/2024	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: não			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Alessandro Gama é Diretor de Operações de Portos e Terminais, cargo na VLI Multimodal. Graduado em Eng. Civil pela Universidade Federal do Pará, possui Mestrado em Eng. Industrial pela PUC/ RJ, capacitações internacionais no MIT/Boston, IMD/Suíça e no Programa STC da KELLOG, em parceria com a Dom Cabral. Possui mais de 17 anos de experiência no Grupo VLI, com forte atuação como Gerente Geral de Operações, Infraestrutura, Manutenção, Portos Nordeste, TIPLAM, TPD. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

DIEGO MOTTA ZANELLA			
CPF: 112.385.587-04	Indicada pelo Controlador da Companhia à eleição como Membro Suplente do Conselho de Administração		
Data de Nascimento	24/07/1986	Profissão:	Administrador
Prazo do mandato:	Até 30/04/2024	Eleito pelo controlador:	Sim
Outros cargos e funções exercidas no emissor: não			
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:			
<p>O Sr. Diego Zanella atualmente é Gerente Geral de Inteligência Comercial na VLI S.A. Sua carreira iniciou como Treine na empresa BASF de 2008 a 2010, posteriormente foi Gerente de Contas na Vale no período de 2010 a 2012 e ingressou na VLI S.A em 2012 como Gerente de Contas, de 2014 a 2016 atuou como Gerente Comercial e de 2016 a 2021 ocupou o cargo de Gerente Geral de Vendas. Graduiu-se em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.</p>			

ANGELO HENRIQUE RODRIGUES STRADIOTO

CPF: 012.454.106-28

Indicado pelo Controlador da Companhia à reeleição como Membro Suplente do Conselho de Administração

Data de nascimento:

26/08/1981

Profissão:

Administrador

Órgão administração:

Pertence ao Conselho de Administração, eleito em 27/04/2018.

Prazo do mandato:

Até 30/04/2024

Eleito pelo controlador:

Sim

Outros cargos e funções exercidas no emissor: Não exerce outros cargos ou funções no Emissor.

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:

O Sr. Angelo Stradioto ocupou desde setembro de 2013 o cargo de Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios Estrutura e M&A da VLI S.A. – sociedade que detém o controle indireto da Companhia e, hoje, ocupa o mesmo cargo na VLI Multimodal. O Sr. Angelo já ocupou cargo de diretor na Ultrafertil S.A (2016/2017) e atualmente é membro suplente do Conselho de Administração de controladas da VLI. Adicionalmente, o Sr. Angelo possui mais de 15 anos de experiência no ramo, adquirido em empresas como a Falconi Consultores de Resultado, onde atuou como Consultor Sênior (2005/2008) e na Vale como Gerente de Negócios (2008/2013). Graduiu-se em Administração pela PUC Minas e, na Fundação Dom Cabral, concluiu a pós-graduação em Finanças e o MBA Executivo. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer

condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado

RODRIGO BERNARDES BRAGA

CPF: 029.696.937-04

Indicado pelo Controlador da Companhia à Eleição suplente do Conselho de Administração

PAULO VIEIRA BOGEA

CPF: 005.224.787-27

Indicada pelo Controlador da Companhia à eleição como Membro Suplente do Conselho de Administração

Data de Nascimento	15/09/1971	Profissão:	Gestor Empresarial
Prazo do mandato:	Até 30/04/2024	Eleito pelo controlador:	Sim

Outros cargos e funções exercidas no emissor: não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações:

O Sr. Paulo Boga atualmente é Gerente Geral de Operação de Terminais e Portos do Centro Leste na VLI S.A. Sua carreira iniciou como Gerente de Manutenção na empresa ArcelorMittal de 1997 até 2008, posteriormente, ingressou na Vale em 2008 e permaneceu até 2014, onde atuou nos cargos de Engenheiro, Gerente de Programação e Infraestrutura de cargas, Gerente de Descarga de minério, Gerente Geral de Portos de carga geral e Gerente de Centro de controle operacional de Portos. Atuou na CSN Mineração como Gerente Geral de Operações e Manutenção de 2014 a 2019. Ingressou na VLI em 2019, onde atuou como Gerente de Novos Projetos de Portos e Terminais até 2020. Até a presente data, não havia qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado que o tenha inabilitado para a prática de atividade profissional relacionada à administração de companhias.

A Companhia retifica o presente item para retirar a anterior indicação dos Srs. Sr. Sebastião Fernando da Costa Furquim e Rodrigo Bernardes Braga para os cargos de membros titular e suplente no Conselho de Administração. Os cargos ficarão provisoriamente vagos, sendo que os candidatos para as vagas serão oportunamente indicados e eleitos em Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, nos termos do Estatuto Social da Companhia e em conformidade com a Lei 6.404/76 e disposições regulatórias aplicáveis.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês (estatutários ou não) de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não se aplica.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores da Companhia, controladas e controladores

Nesta data, inexistia relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Companhia e (i) outros administradores da Companhia; (ii) os administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia; (iii) controladores diretos ou indiretos da Companhia; e (iv) os administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Adicionalmente, também inexistia relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre os administradores da Companhia e controladores diretos ou indiretos da Companhia.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviços ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais:

Administrador do Emissor	Pessoa Relacionada	Cargo na Pessoa Relacionada	Tipo de Relação do Administrador	Tipo de Pessoa Relacionada
Ernesto Peres Pousada Júnior	VLI S.A/ VLI Multimodal S.A./Ferrovia Norte Sul S.A/Terminal VLI Porto Franco S.A	Diretor Presidente e Membro do Conselho	Subordinação	Controladora Indireta, Controladora Direta e Coligada

Rute Melo Araújo	VLI Multimodal S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A.	Diretora de Gente e Serviços e Membro do Conselho	Subordinação	Controladora Direta e Coligada
Alessandro Pena da Gama	VLI Multimodal S.A./ Ferrovia Norte Sul S.A./ Ultrafertil S.A./Júpiter Ltda.	Diretor de Portos e Terminais, Membro do Conselho e Diretor Presidente	Subordinação	Controladora Direta e Coligadas
Diego Motta Zanella	VLI Multimodal S.A.	Gerente Geral de Inteligência Comercial	Subordinação	Controladora Direta
Angelo Henrique Rodrigues Stradioto	VLI Multimodal S.A./ Ferrovia Norte Sul S.A./Ultrafertil S.A	Gerente Geral de Desenvolvimento de Negócios Estrutura e M&A e Membro do Conselho	Subordinação	Controladora Direta e Coligadas
Paulo Vieira Bogea	VLI Multimodal S.A.	Gerente Geral de Operação de Terminais e Portos do Centro Leste	Subordinação	Controladora Direta
Rodrigo Bernardes Braga	VLI Multimodal S.A. e Ferrovia Norte Sul S.A.	Gerente Geral de Regulatório e Membro do Conselho	Subordinação	Controladora Direta e Coligada

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

(I) Remuneração dos Administradores (Conforme item 13 do Formulário de Referência)

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia não adota uma política formal de remuneração para seus Administradores pois a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte dos mesmos, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que recebe a remuneração aprovada na Assembleia Geral da Companhia.

Considerando que os Administradores da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes.

b. Composição da remuneração

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um;

A remuneração global dos Administradores é definida anualmente em Assembleia Geral, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora

indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessaç�o do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em a�oes, incluindo op�oes	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remunera�o	100,00%	0,00%	0,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%

Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 (%)			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Anual	100,00%	0,00%	0,00%
Salário ou pró-labore	100,00%	0,00%	0,00%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em comitês	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações fixas	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Bônus	0,00%	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%
Outras remunerações variáveis	0,00%	0,00%	0,00%
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-
Pós-Emprego	0,00%	0,00%	0,00%
Cessação do cargo	0,00%	0,00%	0,00%
Baseada em ações, incluindo opções	0,00%	0,00%	0,00%
Total da Remuneração	100,00%	0,00%	0,00%

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração.

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma

remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há pagamento de remuneração variável, remuneração baseada em ações, benefícios ou verbas de representação ou participação na Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há qualquer influência de indicadores de desempenho da Companhia na remuneração na remuneração dos seus administradores.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há qualquer influência de indicadores de desempenho da Companhia na remuneração dos seus administradores.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, não há relação relevante entre os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia na remuneração de seus administradores.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os Administradores da Companhia renunciaram a remuneração a que fariam jus uma vez que os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, com exceção de 1 (um) membro do Conselho de Administração que é atribuído somente o pagamento de uma remuneração fixa mensal, portanto, a remuneração suportada pela controladora indireta, a VLI S.A, ou sua controlada, a VLI MULTIMODAL S/A, estão descritos nos termos do Item 13.15 deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Até 31 de dezembro de 2021, não houve qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Todas as definições em relação à remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado) são avaliadas pelo Comitê de Pessoas, Governança e Estratégia e aprovados pelo Conselho de Administração.

São realizadas pesquisas por empresas especializadas para monitorar a remuneração praticada pelo mercado e

após avaliação técnica, as possíveis propostas de alteração de remuneração são aprovadas por este Comitê que recomenda para deliberação do Conselho de Administração e, posteriormente, à Assembleia Geral de Acionistas, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

Assim sendo, conforme acima demonstrado, esclarecemos que a Diretoria da Companhia não é responsável pela aprovação de nenhum componente de sua remuneração.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Para definição da remuneração individual dos Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado) são consideradas as práticas de mercado e as particularidades do negócio. Periodicamente são realizadas pesquisas salariais, conduzidas por consultorias especializadas sob a coordenação do Comitê de Pessoas, Governança e Estratégia e aprovação do Conselho de Administração, para comparação da remuneração total em relação ao peer group composto por empresas dos setores em que a Companhia atua, conforme seu tamanho e relevância no mercado..

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado) é avaliada anualmente mediante proposta apresentada ao Comitê de Pessoas, Governança e Estratégia, que em casos de necessidade de alteração, é submetida à aprovação do Conselho de Administração e apresentado na Assembleia Geral.

13.2 - Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração Total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2022 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Salário ou pró-labore	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00

Total da Remuneração	14.544,00	0,00	0,00	14.544,00
-----------------------------	------------------	-------------	-------------	------------------

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2021 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,50	5,00	0,00	9,50
Nº de membros remunerados	0,92	0,00	0,00	0,92
Remuneração Fixa Anual	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67
Salário ou pró-labore	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	12.136,67	0,00	0,00	12.136,67

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2020 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,83	5,17	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	12.534,00	0,00	0,00	12.534,00
Salário ou pró-labore	12.534,00	0,00	0,00	12.534,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00

Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	12.534,00	0,00	0,00	12.534,00

Remuneração Total do Exercício Social encerrado em 31/12/2019 - Valores Anuais em Reais				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	6,00	0,00	11,00
Nº de membros remunerados	1,00	0,00	0,00	1,00
Remuneração Fixa Anual	11.976,00	0,00	0,00	11.976,00
Salário ou pró-labore	11.976,00	0,00	0,00	11.976,00
Benefícios diretos e indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações fixas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	-	-	-	0,00
Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras remunerações variáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	
Pós-Emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações, incluindo opções	0,00	0,00	0,00	0,00
Total da Remuneração	11.976,00	0,00	0,00	11.976,00

13.3 - Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

13.5 - Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

13.6 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos Administradores da Companhia é composta apenas por remuneração fixa.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não confere aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária planos de previdência privada pois os mesmos ocupam simultaneamente cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais:

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº total de membros	4,50	4,83	5,00	5,00	5,17	6,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,92	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (R\$)	12.136,67	12.534,00	11.976,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (R\$)	12.136,67	12.534,00	11.976,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração (R\$)	12.136,67	12.534,00	11.976,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observações:

Conselho de Administração	
31/12/2021	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva e Sr. Ademilson Adailzo da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2021, fizeram jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceram o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2020	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2020, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2019	Todos os Conselheiros da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2019, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da menor e maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.

Diretoria Estatutária	
31/12/2021	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
31/12/2020	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
31/12/2019	Todos os Diretores Estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não firmou com seus Administradores arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização em caso de destituição do cargo, que não os descritos neste Formulário de Referência.

13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais não há remuneração reconhecida no resultado da Companhia referente aos Administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, não houve pagamento de remuneração para os Administradores e Conselho Fiscal (quando instalado) da Companhia e suas Controladas por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em razão da função que ocupam na Companhia, que tenha sido reconhecido no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva e Sr. Ademilson Adailzo da Silva que receberam pela Companhia a remuneração fixa equivalente a 1 (um) salário mínimo mensal.

Entretanto, os demais membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia ocupam cargos remunerados na controladora direta, a VLI MULTIMODAL S/A, ou na controladora indireta, a VLI S/A, portanto, nos 3 (três) últimos exercícios sociais as suas remunerações compõem o pacote de salários e benefícios das suas respectivas empresas contratantes conforme apresentado na tabela consolidada abaixo:

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2021				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	10.446.848,87	11.200.588,55	0,00	21.647.437,42
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.446.848,87	11.200.588,55	0,00	21.647.437,42

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2020				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	2.681.825,52	11.788.038,97	0,00	14.469.864,49
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.681.825,52	11.788.038,97	0,00	14.469.864,49

Remuneração Total recebida no Exercício Social encerrado em 31/12/2019				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos ou Indiretos	4.950.806,58	32.398.945,89	0,00	37.349.752,46
Controladas da Companhia	0,00	0,00	0,00	0,00
Sociedade sob Controle Comum	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.950.806,58	32.398.945,89	0,00	37.349.752,46

13.16 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

A remuneração dos exercícios anteriores foram retificadas em virtude da exclusão dos encargos sociais e da alteração do regime de competência para regime de caixa.

Nos termos da INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009 ("ICVM 481/09"), a Administração disponibiliza abaixo as informações indicadas nos subitens do Formulário de Referência que serão atualizados.

- (II) Aprovação da reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, contendo os números patrimoniais comparativos de 2019 e 2018, bem como os números de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparados a 2019, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis, em decorrência de alterações de entendimentos da Administração sobre o provisionamento e contingenciamento, oportunidade de melhoria para aderência às melhores práticas das companhias de capital aberto, que adotam metodologia de provisão de contingências diferente da anteriormente praticada pela Companhia..

Até 2020, a prática contábil utilizada pela Companhia para reconhecimento de provisão para processos judiciais estabelecia a fase de execução dos processos judiciais como momento inicial para avaliação do reconhecimento e mensuração da provisão contábil, uma vez que o valor da obrigação era considerada como líquida e certa. Esta prática foi adotada consistentemente ao longo dos anos. Em 2021, houve a revisão do processo de contingenciamento, visando garantir maior confiabilidade sobre o reconhecimento e mensuração dos passivos jurídicos com a conclusão que a prática adotada até então deixava de capturar todos os processos que se encontravam em estágios anteriores ao de execução e que resultariam em desfecho desfavorável, o que configurava inconsistências com os critérios estabelecidos pelo CPC 23 / IAS 8.

A nova estimativa contábil adotada em 2021, e ajustada retrospectivamente, busca considerar o desfecho mais provável para a população total de processos em disputas contenciosas do grupo VLI, não se limitando aos processos em fase executória. A avaliação da Administração é complementado pela experiência e relatórios de peritos (advogados internos e externos) sendo que o risco de perda é determinado como provável de acordo com os requerimentos da norma contábil CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia

(Conforme item 10 do Formulário de Referência)

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia pelo novo coronavírus, que tem gerado impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral desde o início de 2020. Por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, o Governo Federal estabeleceu que os serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral são um serviço essencial à comunidade. Assim, os serviços prestados pela Ferrovia Centro Atlântica S.A. (“FCA”) se enquadram nessa categoria.

Desde Março de 2020, a FCA adotou diversas medidas relacionadas à COVID-19 e não parou as suas atividades. Apesar da queda da atividade industrial, com destaque para o 3T2020, a Companhia superou os desafios operacionais e comerciais e bateu recordes mensais históricos de volumes transportados.

Apesar do cenário macroeconômico com restrições, a safra recorde 19/20 foi uma boa notícia. Neste sentido, a FCA se mostrou preparada para atender os seus clientes e encerrou o ano atingindo um crescimento de receita líquida em 11,3% em 12 meses. No mesmo sentido, a Companhia teve um crescimento do seu EBITDA em 11,1% em relação ao ano anterior, devido ao crescimento da receita (a margem EBITDA manteve-se praticamente estável entre 2019 e 2020, quando encerraram em 35,13% e 35,07%, respectivamente).

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais		
(em milhões de R\$)	2019	2020
Receita bruta	2.703	3.023

Receita líquida	2.417	2.689
EBITDA	849	943
Resultado do exercício	(114)	(205)
<hr/>		
Volume ferrovia (milhões de TKU)	23.252	24.879
<hr/>		
Margem EBITDA	35,13%	35,07%
Margem lucro	(4,71%)	(7,61%)

Em 2020, a FCA investiu o valor total de R\$ 516 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega das ampliações dos pátios do projeto Capacitação Sertão e do projeto Pátio Valefértil.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, foi de R\$ 4,680 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 360,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,466 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 111,9 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,029 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 24,8 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

Em milhares de Reais	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	5.437	5.066	8.734
Compra de ativo imobilizado e intangível	(516.090)	(547.463)	(631.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(510.653)	(542.397)	(623.167)

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2020 (Reapresentado)	AV%	31/12/2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	360.825	3,97	111.905	1,23	222,44
Contas a receber	135.403	1,49	193.546	2,13	(30,04)
Derivativos	-	0,00	69	0,00	n/a
Estoques	201.417	2,21	215.546	2,38	(6,55)
Tributos a recuperar	76.780	0,84	133.836	1,48	(42,63)
Demais ativos	31.615	0,35	22.790	0,25	38,72
Total do circulante	806.040	8,86	677.692	7,47	18,94
Não circulante					
Contas a receber	274.208	3,01	256.387	2,83	6,95
Tributos a recuperar	250.182	2,75	169.705	1,87	47,42
Contas a receber da RFFSA (União)	106.843	1,17	101.089	1,11	5,69
Demais ativos	2.702	0,03	2.258	0,02	19,66
Depósitos judiciais	82.899	0,91	90.273	1,00	(8,17)
Tributos diferidos sobre o lucro	536.811	5,90	443.488	4,89	21,04
Imobilizado	1.525.164	16,76	1.557.051	17,17	(2,05)
Intangível	5.514.957	60,61	5.769.615	63,63	(4,41)
Total do ativo não circulante	8.293.766	91,14	8.389.866	92,53	(1,15)
Total do ativo	9.099.806	100,00	9.067.558	100,00	(0,36)
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	328.021	3,60	320.391	3,53	2,38
Contas a pagar	17.382	0,19	12.800	0,14	35,80
Derivativos	191	0,00	-	0,00	n/a
Tributos a recolher	12.435	0,14	10.847	0,12	14,64
Obrigações sociais e trabalhistas	89.169	0,98	114.169	1,26	(21,90)
Arrendamentos e concessão	685.843	7,54	613.710	6,77	11,75
Antecipações de clientes	34.380	0,38	38.921	0,43	(11,67)
Demais passivos	3.950	0,04	-	0,00	n/a
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,02	0,00
Total do passivo circulante	1.173.419	12,89	1.112.886	12,27	5,44
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	859.284	9,44	622.746	6,87	37,98
Benefícios a empregados	1.788	0,02	1.586	0,02	12,74
Receitas diferidas	19.728	0,22	21.775	0,24	(9,40)
Arrendamentos e concessão	2.104.685	23,13	2.613.000	28,82	(19,45)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	260.000	2,86	230.000	2,54	13,04
Total do passivo não circulante	3.245.485	35,67	3.489.107	38,48	(6,98)
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.258	51,25	4.663.150	51,43	0,00
Reservas de capital	17.644	0,19	-	0,00	n/a
Prejuízos acumulados	-	0,00	(197.585)	(2,18)	n/a
Total do patrimônio líquido	4.680.902	51,44	4.465.565	49,25	4,82
Total do passivo e patrimônio líquido	9.099.806	100,00	9.067.558	100,00	(0,36)

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 806,0 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de aproximadamente de 18,94%. Tal variação é justificada principalmente pela redução de contas a receber e tributos a recuperar no curto prazo e o incremento de caixa e equivalentes de caixa.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 102,31% em 31 de dezembro de 2020 e 99,01% em 31 de dezembro de 2019, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e bancos	3.228	1.833
Aplicações financeiras	<u>357.597</u>	<u>110.072</u>
	<u>360.825</u>	<u>111.905</u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 8.389 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 8.293 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando um decréscimo de 1,15% do total do ativo não circulante, representado substancialmente pelo incremento de tributos a recuperar no longo prazo e os tributos diferidos oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 5,515 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 4,41% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 43,4 milhões, as transferências de imobilizado para intangível no montante de R\$ 259,7 milhões, as amortizações totais de R\$ 423,3 milhões, bem como as movimentações oriundas de IFRS, descatando-se correções monetárias de R\$ 222,1 milhões e suas respectivas amortizações de R\$ 361,1 milhões que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para uma redução líquida de R\$ 254,7 milhões nos saldos.

	Direitos de concessão	Direitos de uso	Softwares	Benfeitorias em bens Arrendados	Intangível em andamento	Total
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	43.168	2.708.012	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	222.069	-	-	-	222.069
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(67)	-	-	-	(67)
Adições	-	-	-	-	43.347	43.347
Baixas	-	-	(18)	(5.214)	-	(5.232)
Transferências	-	-	3	232.384	27.338	259.725
Saldo em 31 de dezembro de 2020	43.168	2.930.014	21.871	5.507.322	511.587	9.013.962
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(361.090)	-	-	-	(361.090)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	6.116	-	-	-	6.116
Adições	(2.066)	-	(2.098)	(419.108)	-	(423.272)
Baixas	-	-	18	2.793	-	2.811
Transferências	-	-	-	935	-	935
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(31.462)	(695.816)	(19.744)	(2.751.983)	-	(3.499.005)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	11.706	2.234.198	2.127	2.755.339	511.587	5.514.957

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.173,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de 5,44% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelas correções monetárias oriundas do IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 685,8 milhões, representando um aumento de R\$ 72,1 milhões em 2020.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 3.489,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 3.245,5 milhões em 31 de dezembro de 2020, representando uma redução de 6,98% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução da exposição na linha de arrendamentos e concessão, cuja variação em 2020 foi de R\$ 508,3 milhões, bem como incremento da posição de provisão para contingências no montante de R\$ 98,6 milhões em 2020.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,465 bilhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 4.680 bilhões em 31 de dezembro de 2020, representando aumento de aproximadamente 4,82% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2020, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 420 milhões que se deu ao longo de 2020.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020 (Reapresentado)	AV%	31/12/2019 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.689.383	100,00	2.417.420	100,00	11,25
Custo dos serviços prestados	<u>(2.388.393)</u>	(88,81)	<u>(2.286.961)</u>	(94,60)	4,44
Lucro bruto	<u>300.990</u>	11,19	<u>130.459</u>	5,40	130,72
Receitas (despesas) operacionais	<u>(301.602)</u>	(11,21)	<u>(103.635)</u>	(4,29)	191,02
Gerais e administrativas	(95.465)	(3,55)	(91.846)	(3,80)	3,94
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(189.391)	(7,04)	(11.481)	(0,47)	1.549,60
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	<u>(16.746)</u>	(0,62)	<u>(308)</u>	(0,01)	5.337,01
Lucro operacional antes do resultado financeiro	<u>(612)</u>	0,02	<u>26.824</u>	1,11	(102,28)
Resultado financeiro	<u>(297.374)</u>	(11,06)	<u>(196.648)</u>	(8,13)	51,22
Receitas financeiras	10.648	0,40	8.951	0,37	18,96
Despesas financeiras	(321.355)	(11,95)	(265.775)	(10,99)	20,91
Ganhos com variação monetária e cambial	<u>13.333</u>	0,50	<u>60.176</u>	2,49	(77,84)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(297.986)</u>	(11,08)	<u>(169.824)</u>	(7,03)	75,47
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>93.323</u>	3,47	<u>56.016</u>	2,32	66,60
Tributos correntes	-	0,00	(10.154)	(0,42)	(100,00)
Tributos diferidos	<u>93.323</u>	3,47	<u>66.170</u>	2,74	(41,04)
Prejuízo do exercício	<u>(204.663)</u>	(7,61)	<u>(113.808)</u>	(4,71)	79,83
Prejuízo do exercício básico e diluído por ação - R\$	(1,62)		(0,95)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2020, a receita líquida somou R\$ 2,689 bilhões, representando um aumento de 11,25% sobre o mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,417 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 totalizaram R\$ 2,388 bilhões, o que representou um aumento de 4,4% em relação ao mesmo período de 2019, no valor de R\$ 2,287 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2020 foram o incremento da partilha de frete e da depreciação e amortização em R\$ 153,1 milhões, contrabalanceados pela redução dos serviços contratados e materiais no montante de R\$ 46,1 milhões.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 189,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020 o que representou um incremento de, aproximadamente, 1549,6% em relação ao mesmo período de 2019, quando totalizou R\$ 11,5 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 177,9 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 177,9 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em 2019 em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Adicionalmente, observou-se em 2020 um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 16,9 milhões. Como contrapartida, destaca-se incremento de despesas referentes ao custo de baixa de ativos em R\$ 10,5 milhões, provisões para contingências cuja

variação somou R\$ 16,6 milhões negativos em 2020 e incremento das indenizações por take or pay no montante de R\$ 16,3 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 26.8 milhões positivos em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 612 mil negativos em 31 de dezembro de 2020, em decorrência dos fatores citados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 297,6 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2019 de R\$ 196,6 milhões, representando incremento de 51,2%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, registrados em 2019, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelo incremento dos juros aplicáveis sobre as contingências da FCA, cuja variação em 2020 montou em R\$ 44,2 milhões.

Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 169,8 milhões negativo em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 297,9 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020, representando um incremento de aproximadamente 75,4%. Destaca-se os efeitos extraordinários, reconhecidos em 2019, referentes ao registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, bem como incremento de provisões para contingências, em 2020, contrabalanceados pelo incremento do resultado bruto, conforme citado acima.

Prejuízo do exercício

Em 2020 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 204,7 milhões frente aos prejuízos de R\$ 113,8 milhões apurados em 2019.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2019 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(204.663)	(113.808)
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	943.370	822.132
Provisão para perdas de estoques	4.634	-
Perda de recebíveis	2.045	421
Trânsito em julgado de contingência ativa	-	(59.690)
Provisões (reversões) para perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	16.454	(84)
Provisões para processos judiciais, líquidas	281.516	136.501
Derivativos	191	(69)
Ganhos com variação monetária e cambial, líquidas	(13.333)	(60.176)
Perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	11.003	5.425
Receitas diferidas	(2.048)	(2.048)
Encargos de fianças bancárias	174	483
Ajuste a valor presente	(4.982)	(3.152)
Despesas com benefícios a empregados	406	1.004
Tributos diferidos sobre o lucro	(93.323)	(66.170)
Despesas financeiras – arrendamentos	183.815	191.357
	1.125.259	852.126
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	26.805	12.094
Derivativos	69	-
Estoques	9.495	(69.492)
Tributos a recuperar	61.362	49.673

Depósitos judiciais	13.783	10.172
Contas a receber da RFFSA (União)	(468)	(356)
Demais ativos	(9.135)	7.726
Fornecedores	6.818	40.902
Contas a pagar	4.582	(59.621)
Tributos a recolher	1.588	(1.982)
Obrigações sociais e trabalhistas	(25.000)	24.124
Benefícios a empregados	(204)	(1.719)
Antecipações de clientes	(4.541)	(2.520)
Provisão para processos judiciais	(44.978)	(75.598)
Demais passivos	3.955	(2.257)
Caixa líquido gerado pelas operações	1.169.390	783.272
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.027)	(43.474)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.166.363	739.798
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.437	5.066
Aquisição de imobilizado e intangível	(516.090)	(547.463)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(510.653)	(542.397)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	450.000	370.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(856.790)	(480.348)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(406.790)	(110.348)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	248.920	87.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	111.905	24.852
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	360.825	111.905

Em 2020 a companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 296,4 milhões em comparação ao ano anterior.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018 - DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018	AV%	AH%
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	111.905	1,23	24.852	0,45	350,29
Contas a receber	193.546	2,13	191.583	3,44	1,02
Derivativos	69	0,00	-	0,00	n/a
Estoques	215.546	2,38	146.054	2,62	47,58
Tributos a recuperar	133.836	1,48	122.686	2,20	9,09
Demais ativos	22.790	0,25	45.743	0,82	(50,18)
Total do circulante	677.692	7,47	530.918	9,53	27,65
Não circulante					
Contas a receber	256.387	2,83	267.629	4,81	(4,20)
Tributos a recuperar	169.705	1,87	20.609	0,37	723,45
Contas a receber da RFFSA (União)	101.089	1,11	97.851	1,76	3,31
Demais ativos	2.258	0,02	17.533	0,31	(87,12)
Depósitos judiciais	90.273	1,00	100.152	1,80	(9,86)
Tributos diferidos sobre o lucro	443.488	4,89	377.317	6,78	17,54
Imobilizado	1.557.051	17,17	929.388	16,69	67,54
Intangível	5.769.615	63,63	3.227.856	57,96	78,74
Total do ativo não circulante	8.389.866	92,53	5.038.335	90,47	66,52
Total do ativo	9.067.558	100,00	5.569.253	100,00	62,81

Em milhares de Reais

	31/12/2019	AV%	31/12/2018	AV%	AH%
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	320.391	3,53	278.977	5,01	14,84
Contas a pagar	12.800	0,14	72.421	1,30	(82,33)
Derivativos	-	-	12.725	0,23	(100,00)
Tributos a recolher	10.847	0,12	-	0,00	n/a
Obrigações sociais e trabalhistas	114.169	1,26	90.045	1,62	26,79
Arrendamentos e concessão	613.710	6,77	42.001	0,75	1.361,18
Antecipações de clientes	38.921	0,43	41.441	0,74	(6,08)
Receitas diferidas	2.048	0,02	2.048	0,04	0,00
Demais passivos	-	0,00	2.255	0,04	(100,00)
Total do passivo circulante	1.112.886	12,27	541.913	9,73	105,36
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	622.746	6,87	561.842	10,09	10,84
Benefícios a empregados	1.586	0,02	2.301	0,04	(31,07)
Receitas diferidas	21.775	0,24	23.824	0,43	(8,60)
Arrendamentos e concessão	2.613.000	28,82	-	0,00	n/a
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	230.000	n/a	410.000	7,36	(43,90)
Total do passivo não circulante	3.489.107	38,48	997.967	17,92	249,62
Patrimônio líquido					
Capital social	4.663.150	51,43	4.638.837	83,29	0,52
Prejuízos acumulados	(197.585)	(2,18)	(609.464)	(10,94)	(67,58)
Total do patrimônio líquido	4.465.565	49,25	4.029.373	72,35	10,83
Total do passivo e patrimônio líquido	9.067.558	100,00	5.569.253	100,00	62,81

Considerações sobre as principais contas do Ativo

Ativo Circulante

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 530,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 677,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 27,7%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,01% em 31 de dezembro de 2019 e 99,20% em 31 de dezembro de 2018, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2018 (Reapresentado)</u>
Caixa e bancos	1.833	2.765
Aplicações Financeiras	110.072	22.087
	<u>111.905</u>	<u>22.852</u>

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 5,039 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 8,390 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de 66,5% do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 5,770 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 78,7% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 447,0 milhões, as transferências de intangível para imobilizado no montante de R\$ 224,9 milhões, as amortizações totais de (R\$ 314,3 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 2.619,9 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 72,2 milhões), adições (R\$ 15,9 milhões) e amortizações (R\$ 340,8 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 2,542 bilhões nos saldos.

	<u>Direitos de concessão</u>	<u>Direitos de uso</u>	<u>Softwares</u>	<u>Benefeitorias em bens arrendados</u>	<u>Intangível emandamento</u>	<u>Total</u>
Valor de custo						
Saldo em 1º de janeiro de 2019	43.168	-	21.887	4.624.978	559.001	5.249.034
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	2.619.890	-	-	-	2.619.890
Correções monetárias IFRS 16	-	72.222	-	-	-	72.222
Adições IFRS 16	-	15.900	-	-	-	15.900
Adições	-	-	-	-	447.003	447.003
Baixas	-	-	-	(22.930)	-	(22.930)
Transferências	-	-	(1)	678.104	(453.464)	224.639
Transferências Resolução 4.131/13	-	-	-	-	(111.638)	(111.638)
		<u>2.708.012</u>				
Saldo em 31 de dezembro de 2019	43.168	2	21.886	5.280.152	440.902	8.494.120
Valor de amortização						
Saldo em 1º de janeiro de 2019			(14.958)	(1.978.890)		(2.021.178)
Adições IFRS 16	(27.330)	-)	0)	-	8)
Adições	-	(340.842)	-	-	-	(340.842)
Baixas	(2.066)	-	(2.706)	(309.583)	-	(314.355)
Transferências	-	-	-	19.855	-	19.855
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	(67.985)	-	(67.985)

	(29.396)	(340.842)	(17.664)	(2.336.603)	-	(2.724.505)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	15.838	-	6.929	2.646.088	559.001	3.227.856
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	13.772	2.367.170	4.222	2.943.549	440.902	5.769.615

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.557,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente 67,5% e está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, dragagem, aquisição, recuperação, modernização de vagões (R\$ 100,46 milhões), bem como os efeitos da adoção ao IFRS 16 (R\$ 692,84 milhões) e suas movimentações de correções monetárias (R\$ 8,9 milhões), adições (R\$ 197,6 milhões) e amortizações (R\$ 134,7 milhões) que se deram ao longo do ano. Todos os fatores acima contribuíram para um incremento líquido de R\$ 627,6 milhões nos saldos.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	14.476	167.937	984.073	98.567	243.559	4.082	1.512.694
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	216.773	476.066	-	-	-	692.839
Correções monetárias IFRS 16	-	4.660	4.295	-	-	-	8.955
Adições IFRS 16	-	-	197.613	-	-	-	197.613
Adições	-	-	-	-	100.460	-	100.460
Baixas	-	-	(26.492)	-	(1.653)	-	(28.145)
Transferências	(445)	53.274	6.189	4.697	(220.994)	1.545	(155.734)
	14.031	442.644	1.641.744	103.264	121.372	5.627	2.328.682
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.565)	(71.844)	(490.646)	(17.937)	-	(314)	(583.306)
Adições IFRS 16	-	(48.781)	(86.011)	-	-	-	(134.792)
Adições	(602)	(18.045)	(41.124)	(13.519)	-	(200)	(73.490)
Baixas	-	-	20.729	-	-	-	20.729
Transferências	-	(8)	(222)	-	-	(542)	(772)
	(3.167)	(138.678)	(597.274)	(31.456)	-	(1.056)	(771.631)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2019	11.911	96.093	493.427	80.630	243.559	3.768	929.388
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	10.864	303.966	1.044.470	71.808	121.372	4.571	1.557.051

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 541,9 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 1.112,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, representando um incremento de 105,4% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 613,7 milhões.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 998 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 3.489 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando um aumento de aproximadamente de 250% do total do passivo não circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelos registros advindos da adoção ao IFRS 16 na rubrica de arrendamento e concessões, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 2,61 bilhões.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4.029 bilhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 4.466 bilhões em 31 de dezembro de 2019, representando aumento de aproximadamente 11% do patrimônio líquido. Tal

variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2019, bem como o aumento de capital com constituição e reserva de capital no montante de R\$ 550 milhões que se deu ao longo de 2019.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2019 (Reapresentado)	AV%	31/12/2018 (Reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.417.420	100,00	2.413.961	100,00	0,14
Custo dos serviços prestados	(2.286.961)	(94,60)	(2.210.215)	(91,56)	3,47
Lucro bruto	130.459	5,40	203.746	8,44	(35,97)
Receitas (despesas) operacionais	(103.635)	(4,29)	(134.307)	(5,56)	(22,84)
Gerais e administrativas	(91.846)	(3,80)	(84.367)	(3,49)	8,86
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(11.481)	(0,47)	(54.462)	(2,26)	(78,92)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	(308)	(0,01)	4.522	0,19	(106,81)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	26.824	1,11	69.439	2,88	(61,37)
Resultado financeiro	(196.648)	(8,13)	(8.210)	(0,34)	2.295,23
Receitas financeiras	8.951	0,37	7.250	0,30	23,46
Despesas financeiras	(265.775)	(10,99)	(27.642)	(1,15)	861,49
Ganhos com variação monetária e cambial	60.176	2,49	12.182	0,50	393,97
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(169.824)	(7,03)	61.229	2,54	(377,36)
Imposto de renda e contribuição social	56.016	2,32	(21.398)	(0,89)	(361,78)
Tributos correntes	(10.154)	(0,42)	(9.582)	(0,40)	5,97
Tributos diferidos	66.170	2,74	(11.816)	(0,49)	(660,00)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(113.808)	(4,71)	39.831	1,65	(385,73)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	(0,95)		0,36		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2019, a receita líquida somou R\$ 2,417 bilhões, representando um aumento marginal de 0,14% sobre o mesmo período de 2018, no valor de R\$ 2,414 bilhão.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 2,287 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 3,5% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,210 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2019 foram o aumento das despesas de pessoal, materiais, partilha de frente serviços contratados, *utilities* e viagens em R\$ 113,2 milhões, contrabalanceados pela redução de combustíveis no montante de R\$ 42,8 milhões.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$ 91,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 8,9% em relação ao mesmo período de 2018, no valor de R\$ 84,4 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 11,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019

o que representou uma redução de, aproximadamente, 78,9% em relação ao mesmo período de 2018, quando totalizou R\$ 54,4 milhões negativos. A variação negativa de R\$ 42,9 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 78,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Como contrapartida ao incremento, destaca-se provisões para contingências que somaram R\$ 22,7 milhões negativos em 2019, frente a reversões de provisões em 2018 no montante de R\$ 27 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 69,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 26.8 milhões em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dos fatores citados acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 196.7 milhões negativos frente ao resultado negativo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 8,2 milhões, representando incremento de 2.299%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima, contrabalanceados pelos efeitos de despesa financeira do IFRS 16 que somaram R\$ 191,3 milhões.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 61,2 milhões positivo em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 169,8 milhões negativos em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de aproximadamente 377,5%. Tal variação se deu em razão dos impactos da adoção ao normativo IFRS 16, bem como os efeitos de incremento de custos não acompanhados pelos incrementos nas receitas, conforma supracitado. Destaca-se também o efeito positivo do registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

Em 2019 a empresa apurou um prejuízo de R\$ 113.8 milhões frente aos lucros de R\$ 39,8 milhões apurados em 2018.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	<u>31/12/2019</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>31/12/2018</u> <u>(Reapresentado)</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) do exercício	(113.808)	39.831
Ajustes de		
Depreciação e amortização	822.132	402.804
Perdas de recebíveis	421	-
Trânsito em julgado contingência ativa	(59.690)	-
Baixas para perda	(84)	(2.940)
Provisões (reversões) para perdas e processos judiciais, líquidas	136.501	(30.927)
Derivativos	(69)	-
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial, líquidas	(60.176)	(12.182)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	-	1.825
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível, líquidas	5.425	(4.112)
Receitas diferidas	(2.048)	(1.727)
Encargos de fianças bancárias	483	-
Ajuste a valor presente	(3.152)	13.503
Despesas com benefícios a empregados	1.004	(1.290)
Tributos diferidos sobre o lucro	(66.170)	11.816
Despesas financeiras – arrendamentos	191.357	-
	<u>852.126</u>	<u>416.601</u>

	31/12/2019 (Reapresentado)	31/12/2018 (Reapresentado)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	12.094	16.334
Derivativos	-	483
Estoques	(69.492)	(68.401)
Tributos a recuperar	49.673	(86.063)
Tributos antecipados sobre lucro	-	25.206
Despesas pagas antecipadamente	1.223	(150)
Depósitos judiciais	10.172	7.846
Sinistros a recuperar	1.037	29.525
Demais ativos	5.466	23.892
Fornecedores	40.902	95.019
Contas a pagar	(59.621)	(280.937)
Tributos a recolher	(1.982)	(4.606)
Tributo a recolher sobre o lucro	-	25.047
Obrigações sociais e trabalhistas	24.124	(1.339)
Benefícios a empregados	(1.719)	(7.648)
Contas a receber da RFFSA (União)	(356)	-
Arrendamento e concessões	-	4.121
Receitas diferidas	-	2.284
Antecipações de clientes	(2.520)	(5.506)
Provisão para processos judiciais	(75.598)	-
Demais passivos	(2.257)	(12.345)
Caixa líquido gerado pelas operações	783.272	179.363
Imposto de renda e contribuição social pagos	(43.474)	(13.935)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	739.798	165.428
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	5.066	8.734
Aquisição de imobilizado e intangível	(547.463)	(631.901)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(542.397)	(623.167)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	370.000	410.000
Pagamentos de obrigações de arrendamento	(480.348)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(110.348)	410.000
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	87.053	(47.739)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.852	72.591
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	111.905	24.852

Em 2019 a companhia apresentou um incremento de caixa na ordem de R\$ 87,1 milhões em comparação ao ano anterior.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19, que afetou de forma direta a toda população. Medidas de segurança foram tomadas e a FCA superou novamente os desafios operacionais e comerciais. A exportação de grãos seguiu a expectativa para o ano, a redução das atividades econômicas ocasionadas pela pandemia impactou o setor siderúrgico.

Diante desse cenário, a FCA se mostrou resiliente e encerrou o ano com crescimento em receita líquida comparativamente a 2019.

A receita bruta da Companhia passou de R\$ 2.686 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.989 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o que representa um aumento de 11,3% em comparação a 2019. As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o

volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos grãos agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia, são também movimentadas mercadorias diversas, tais como: produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Desempenho Operacional

Em 2020, o volume transportado foi de 24,9 bilhões de TKU, 7,0% maior que o realizado em 2019. Os produtos transportados pela FCA são agrupados em quatro segmentos chaves: Grãos e Açúcar, Industrializados, Siderurgia e Construção e Fertilizantes

Grãos e Açúcar

O segmento de Grãos e Açúcar tem como principais produtos transportados soja, milho e açúcar. O segmento finalizou o ano de 2020 com 15,7 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 1,4 bilhões

Industrializados

O segmento de Industrializados tem como principais produtos transportados derivados do petróleo (diesel e gasolina), biocombustíveis e indústria sucroalcooleira, produtos florestais (celulose e madeira) e mineração. O segmento finalizou o ano de 2020 com 3,7 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 415 milhões

Siderurgia e Construção

O segmento de Siderurgia e Construção tem como principais produtos transportados carvão mineral, calcário, gusa e minério de ferro e aços planos e longos. O segmento finalizou o ano de 2020 com 2,2 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 254 milhões

Fertilizantes

O segmento de Fertilizantes tem como principais produtos transportados enxofre, fosfato, fertilizantes e cloreto de potássio. O segmento finalizou o ano de 2020 com 3,2 bilhões de TKU transportados e receita total do segmento em 2020 de R\$ 346 milhões.

Investimentos.

Em 2020, a FCA investiu o valor total de R\$ 516 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega das ampliações dos pátios do projeto Capacitação Sertão e do projeto Pátio Valefértil.

No mais, no ano de 2019 a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) realizou, junto ao Ministério Público, União, ANTT e DNIT, o acordo de processos judiciais, encerrando todas e quaisquer discussões existentes entre as partes referente às obrigações previstas na resolução ANTT 4131/2013.

A FCA substituiu a obrigação de realizar obras pelo compromisso de pagar em 60 parcelas, a partir de 31 janeiro de 2020, o valor de cerca de R\$ 1,2 bilhão. O acordo é positivo para a companhia, já que a obrigação anterior de investir em obras ocasionava glosas pelo poder público sobre parte dos valores, o que impedia o abatimento total dos custos incorridos. Assim, foram encerrados os processos judiciais e administrativos sobre o assunto, e a FCA segue preservada de possíveis penalidades ou indenizações provenientes das obrigações de execução das obras.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, positivamente pelo incremento de receita líquida (R\$ 272,0 milhões) ocasionado pela melhor performance de volumes transportados se comparados ao ano de 2019.

Os custos dos serviços prestados tiveram um aumento de 4,4% entre 2020 e 2019, alavancados pelo incremento da partilha de frete e da depreciação e amortização em R\$ 153,1 milhões, que foram contrabalanceados pela redução dos

serviços contratados e materiais no montante de R\$ 46,1 milhões. As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 189,4 milhões negativos em 31 de dezembro de 2020. A variação negativa de R\$ 177,9 milhões tem como principal impacto o registro em julho de 2019 de R\$ 177,9 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. Adicionalmente, observou-se em 2020 um incremento nas receitas de vendas de materiais na ordem de R\$ 16,9 milhões. Como contrapartida, destaca-se incremento de despesas referentes ao custo de baixa de ativos em R\$ 10,5 milhões, provisões para contingências cuja variação somou R\$ 16,6 milhões negativos em 2020 e incremento das indenizações por take or pay no montante de R\$ 16,3 milhões. Diante destes fatores, o resultado operacional na companhia se encerrou negativo em R\$ 0,612 milhões frente os R\$ 26,824 milhões do exercício de 2019.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

(ii) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012, a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013, a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto total de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos. Ao final dos 25 anos, quaisquer saldos remanescentes serão pagos integralmente à FCA pela Vale.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015, 2017 e 2018, e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016, dezembro de 2017 e dezembro de 2018, os montantes de R\$ 3 milhões, R\$ 17 milhões e R\$ 6,2 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve recebimentos, dado a FCA não ter apurado lucro tributável, restando montante a receber de R\$ 242.545 (2019 - R\$ 239.394). No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Vale pagou o montante de R\$ 11.225.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

b. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)” - Revisão 16/2020 - Revisão de Pronunciamentos Técnicos

O documento estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

O arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que atenda aos requisitos do item 46(b), é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas aos Benefícios Concedidos em Contrato de Arrendamento que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as seguintes condições forem satisfeitas:

(a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e

(c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Se o arrendatário aplicar o expediente prático, deve divulgar:

(a) que aplicou o expediente prático a todos os Benefícios Concedidos em Contratos de Arrendamento, ou, se não aplicou a todos os benefícios, informações sobre a natureza dos contratos para os quais aplicou o expediente prático; e

(b) o montante reconhecido no resultado do período que refletir as mudanças nos pagamentos ocasionadas pelos benefícios concedidos com relação aos contratos de arrendamento para os quais foi aplicado o expediente prático.

Transição

A Companhia possui contratos de arrendamento de vagões e locomotivas com terceiros que tiveram seus fluxos de pagamento reestruturados, mediante carência das parcelas previstas de pagamento no 2º semestre de 2020 e pagamento reestruturado até o final de cada contrato.

A Companhia optou por aderir ao expediente prático e os efeitos nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 somam R\$ 14.176, tendo sido registrados como custos, seguindo a contabilização de pagamentos variáveis exigidas pelo expediente prático.

(ii) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7.

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência.

A Companhia não possui contratos com tais exposições e logo, não possui impactos com a norma.

(iii) Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez em 2020. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(iv) Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.

As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(v) Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de ‘ocultação’ de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de ‘possível influência’ para ‘possível influência razoável’.

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo ‘material’ para garantir consistência.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Saldos e transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial da receita bruta de serviços prestados no exercício findo em

31 de dezembro de 2020 e do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2020 da Companhia advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

d. Ressalvas no parecer do auditor

Não aplicável.

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", CPC 06 (R2) / IFRS 16 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 – "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão podem ser extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("price cap") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "price-cap" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Vide item 10.6, acima.

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2020, a FCA investiu o valor total de R\$ 516 milhões. Os recursos foram alocados em manutenção e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança. Foram feitos ainda investimentos em aumento de capacidade, com destaque para a entrega das ampliações dos pátios do projeto Capacitação Sertão e do projeto Pátio Valefértil.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da FCA e de aportes da controladora.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2020, não ocorreu desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Projetos de ferrovia, desenvolvimento de novos produtos e engenharia de planejamento.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 4,968 milhões, frente aos R\$ 4,373 milhões investidos em 2019.

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Em 2020 foram investidos R\$ 4,968 milhões.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2020, o total gasto foi de R\$ 4,968 milhões.

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2020, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.



ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO
FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S/A
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75
NIRE: 31.300.011.879 (Companhia Aberta)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28 DE ABRIL DE 2022

Ficam os Senhores acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S.A., com sede na Rua Sapucaí, nº 383, Belo Horizonte/MG, inscrita no CNPJ nº 00.924.429/0001-75 (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), que se realizará em 28 de abril de 2022 às 12 h (doze horas), na sede social da Companhia, a fim de deliberarem:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e,
- (iii) Eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Fixação da remuneração anual e global dos administradores da Companhia para o exercício de 2022; e,
- (ii) Aprovação da reapresentação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, contendo os números patrimoniais comparativos de 2019 e 2018, bem como os números de resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparados a 2019, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes.

Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A.-Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia.

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados. Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

Belo Horizonte/MG, 28 de março de 2022

Ernesto Peres Pousada Júnior
Presidente do Conselho de Administração